

Congresso aprova a nova política salarial. Com indexação.

O Congresso aprovou ontem uma nova política salarial condenada de antemão ao desuso: o presidente Fernando Collor decidiu vetar todos os pontos do projeto que contrariam a política econômica, como a volta da indexação dos salários. A votação, definida por alguns parlamentares como “farsa” e “teatro do absurdo”, resultou de um acordo que só favoreceu os líderes governistas. Com a inclusão do abono salarial proposto pelo Planalto, as bancadas que apoiam o presidente Collor evitaram uma derrota, sabendo que os pontos contrários à política econômica serão vetados.

O projeto aprovado, que teve como relator o deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), prevê a reposição de 90% do IPC do mês anterior às faixas salariais até dez mínimos — sempre que a inflação atingir 15%. Este é justamente um dos dispositivos que o presidente já decidiu vetar, conforme adiantou ainda ontem o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir. O governo está preocupado, segundo Kandir, com a associação entre a indexação e o dispositivo que proíbe o repasse dos reajustes aos preços. “Estaria se estabelecendo o controle de preços, e não existe a menor possibilidade de o governo permitir isso”, afirmou Kandir.

“O ideal seria aprovar a medi-

da provisória (273) sem mudanças, mas nessa altura dos acontecimentos o risco é muito grande”, ponderou o líder Humberto Souto (PFL-MG). Minutos antes ele acertara a manobra que livrou o governo de uma derrota desgastante — e certa. Ameaçando com a suspensão do benefício, o líder do governo arrancou a inclusão ao projeto do abono de 5% a 12%, a ser concedido em janeiro para as faixas salariais até Cr\$ 120 mil, e as bancadas governistas puderam aprovar o projeto fazendo ressalvas verbais à prefixação. Apesar de o abono ter sido estendido aos meses de fevereiro e março, o presidente poderá vetar este dispositivo.

O mecanismo aprovado pelo Congresso mistura a prefixação (com redutor de 10% sobre a inflação do mês anterior) com um gatilho salarial que só seria acionado quando a inflação acumulasse 15%. Outra grande diferença em relação à política salarial que vigorou até ontem — definida pela Medida Provisória 273 — é a reposição em oito parcelas mensais, a partir de fevereiro, de perdas apuradas desde a última data-base, inclusive a inflação de março e abril, expurgada pelo Plano Collor.

Além de proibir o repasse dos reajustes salariais aos preços, o Congresso proibiu aumentos das tarifas públicas acima dos

reajustes salariais. O projeto obriga ainda a abertura de linhas especiais de crédito pelo Banco Central, com juros de 12% ao ano, para o pagamento dos salários das empresas que garantirem estabilidade por 90 dias aos seus empregados.

O resultado prático da votação foi o adiamento da discussão da política salarial para o início do ano que vem, quando o governo espera pela queda da inflação. “Fizeram uma chantagemzinha”, disse o relator Tidei de Lima. “Foi uma farsa”, denunciou o líder do PSDB, deputado Euclides Scalco (PR).

“Teatro do absurdo”

Para Tidei de Lima, a manobra governista ajudou a oposição a aprovar a nova política. “O projeto tinha dificuldades no Senado”, comentou. Os partidos de oposição jogam agora com a mobilização popular em defesa do projeto para, eventualmente, derrubar os prováveis vetos do presidente Fernando Collor. “O projeto aprovado vira uma bandeira de luta de sindicatos e empresários, inclusive na mesa do entendimento nacional”, disse o deputado peemedebista. “Vivemos um ato do teatro do absurdo: aprovamos um projeto com o qual ninguém concorda”, respondeu o líder do PTB, deputado Gastone Righi.